

de 28 de fevereiro de 2002, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Art. 1º Ficam remanejados, em conformidade com o Anexo da presente Portaria, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) para o Ministério da Educação (MEC), os códigos de vagas de Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

ANEXO

Para:	Instituição cedente:
15000 MEC	26258 UTFPR
	Cargo: Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico Código SIAPE: 707001 Nº de vagas: 100 Códigos de Vaga: 0809208; 0809209; 0809210; 0809246; 0809247; 0809248; 0809249; 0809277; 0207696; 0208169; 0208461; 0213095; 0214699; 0303891; 0303922; 0303933; 0303944; 0303946; 0303947; 0303949; 0303950; 0303953; 0303954; 0303962; 0303973; 0303981; 0303982; 0303989; 0304002; 0304012; 0304016; 0304017; 0304021; 0304026; 0304036; 0304037; 0304046; 0304059; 0304062; 0304067; 0304068; 0304074; 0304075; 0304076; 0304077; 0304082; 0304085; 0304087; 0304101; 0304106; 0304207; 0304208; 0304210; 0304225; 0304246; 0304340; 0304358; 0304436; 0304514; 0304531; 0304537; 0304556; 0304627; 0304641; 0304660; 0304668; 0304675; 0304725; 0304791; 0304823; 0304873; 0305100; 0305358; 0305410; 0305447; 0693113; 0809128; 0809129; 0809159; 0809160; 0809161; 0809162; 0809163; 0809164; 0809165; 0809166; 0809167; 0809168; 0809169; 0809170; 0809200; 0809201; 0809202; 0809203; 0809204; 0809205; 0809206; 0809207; 0809281; 0809282

PORTARIA Nº 600, DE 4 DE JULHO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que a regulamenta, bem como o Termo de Adesão que entre si celebram o Ministério da Educação e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a implantação do Projeto Esplanada Sustentável - PES, resolve:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Ministério da Educação, a Comissão Interna, Intersectorial, de Cultura, Educação Ambiental e Sustentabilidade - CICEAS/MEC, para coordenar e estimular iniciativas voltadas à sustentabilidade socioambiental, incluindo as do Projeto Esplanada Sustentável e outras, enfatizando a sua dimensão educadora e de promoção de mudanças culturais junto ao cotidiano da instituição e de suas vinculadas.

§ 1º A CICEAS/MEC tem a finalidade de melhoria da eficiência do gasto público, promovendo a sustentabilidade ambiental, econômica e social na administração pública e fortalecer, articular e integrar as ações de educação e cultura ambiental no Ministério, visando minimizar esforços e recursos e otimizar a execução de sua política ambiental.

§ 2º Para fins desta Portaria ficam observados os princípios, diretrizes e linhas de ação definidos pela Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, pelo Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA, pela Resolução nº 2, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, de 15 de junho de 2012, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental, em diálogo direto com os Programas Esplanada Sustentável, A3P e outros propostos pelo Órgão Gestor da PNEA.

Art. 2º Compete à Comissão compartilhar, analisar, planejar, acompanhar e avaliar ações de cultura e educação ambiental, do Projeto Esplanada Sustentável e do Plano de Gestão de Logística Sustentável, no Ministério da Educação, bem como incentivar a realização de iniciativas nesse sentido nas Instituições de Ensino Superior, nos Órgãos Vinculados e Supervisionados e nos Sistemas de Ensino em todo o país, intercambiando informações e construindo referências para aprimorar a sua presença em todo o sistema nacional de educação em construção.

§ 1º As Secretarias e os Setores integrantes da Comissão devem propiciar aos seus representantes condições para eles implantarem internamente as decisões da mesma - desde as destinadas à formação de agentes educadores locais da cultura de sustentabilidade socioambiental até aquelas voltadas à organização dos espaços e processos a elas destinados.

§ 2º Os representantes se comprometem a diagnosticar continuamente o estado da arte em sua Secretaria e Programa e a alimentar o banco de dados da Comissão, bem como a participar e trazer relatos situacionais para as reuniões presenciais, nelas avaliando possibilidades e decidindo sobre medidas efetivas para a adequada realização dos objetivos da Comissão.

Art. 3º A Comissão terá uma reunião ordinária mensal, podendo ser convocada, extraordinariamente, pelo representante que a coordena.

Parágrafo único. A coordenação da Comissão será definida, semestralmente, em forma de rodízio entre todos os participantes e terá como apoio a estrutura operacional presente na Subsecretaria de Assuntos Administrativos ou outras que venham a ser definidas pelos participantes em comum acordo com os dirigentes de suas Secretarias e Programas.

Art. 4º A Comissão será integrada por representantes, titular e suplente:

- I - da Subsecretaria de Assuntos Administrativos;
- II - da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento;
- III - da Diretoria de Tecnologia da Informação;
- IV - da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino;

V - da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior;

- VI - da Secretaria de Educação Superior;
- VII - da Secretaria de Educação Básica;
- VIII - da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão;

IX - da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; e X - do Gabinete do Ministro.

Parágrafo único. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, a Fundação Joaquim Nabuco, o Instituto Nacional de Educação de Surdos, o Instituto Benjamin Constant, o Hospital das Clínicas de Porto Alegre, o Colégio Pedro II, as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Instituições Isoladas de Ensino Superior e as Universidades Federais, desde o primeiro momento, serão contatados e estimulados a interagir com as atividades da Comissão, buscando-se as suas experiências de sustentabilidade e de educação socioambiental e outras que sejam referência para os trabalhos a serem desenvolvidos, bem como para desenvolvimento de oportunidades de cooperação.

Art. 5º A participação na Comissão não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 6º As despesas decorrentes do disposto nesta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias das secretarias.

Art. 7º Caberá à Subsecretaria de Assuntos Administrativos propiciar as condições operacionais para os trabalhos da Comissão.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 4 de julho de 2013

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 30/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à autorização para que Anne Gabrielle Souza Pereira, portadora da cédula de identidade RG nº 6.407.300 - SDS/PE, inscrita no CPF sob o nº 073.904.234-39, estudante do curso de Medicina da Faculdade de Medicina Nova Esperança - FAMENE, situada no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, realize, em caráter excepcional, a totalidade do Estágio Curricular Supervisionado (Internato) em hospitais da Rede Credenciada da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, devendo a requerente cumprir as atividades de estágio curricular previstas no projeto pedagógico do curso de Medicina da Faculdade de Medicina Nova Esperança - FAMENE, cabendo a esta a responsabilidade pela supervisão do referido estágio, conforme consta do Processo nº 23001.000138/2012-46.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 273/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à autorização para que Jedithe Ferreira Freitas, estudante de medicina da Faculdade de Medicina Nova Esperança - FAMENE, em João Pessoa, Estado da Paraíba, realize, em caráter excepcional, 50% (cinquenta por cento) do Estágio Curricular Supervisionado (Internato) no Hospital Regional Doutor Américo Maia de Vasconcelos, mantido e administrado pela Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba no Município de Catolê do Rocha - PB, e na Unidade de Saúde da Família pertencente à rede de saúde pública daquele Município. Determino, igualmente, que a requerente deverá cumprir as atividades do estágio de acordo com os critérios previstos no Projeto Pedagógico do seu curso de Medicina e que o Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos passe a responder pelas condições de supervisão do referido estágio à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais e das normas estabelecidas no convênio firmado entre a Faculdade de Medicina Nova Esperança e a Rede de Saúde do Estado da Paraíba, conforme consta do Processo nº 23001.000073/2012-39.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 319/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à autorização, em caráter excepcional, para que TIAGO DA SILVA BOAVENTURA, portador do RG nº 09665911-43 SSP/BA, aluno da Faculdade Estácio de Juazeiro do Norte (Estácio FMJ), no Estado do Ceará, realize integralmente o Estágio Curricular Supervisionado (Internato) do curso de Medicina no Hospital Santo Antônio - Associação Obras Sociais Irmã Dulce, no Município de Salvador, Estado da Bahia, devendo o requerente cumprir as atividades do estágio de acordo com os critérios previstos no Projeto Pedagógico do seu curso de Medicina e as condições de supervisão docente profissional estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais desse curso, conforme consta do Processo nº 23001.000075/2012-28.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 320/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à autorização para que ANDERSON GABRIEL SAPUCAIA PINTO, portador da cédula de identidade R.G. nº MG-14.756.344, inscrito no CPF sob o nº 013.997.355-94, aluno do curso de Medicina das Faculdades Unidas Norte de Minas - FUnORTE, situada no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, realize, em caráter excepcional, 75% (setenta e cinco por cento) do Estágio Curricular Supervisionado (Internato), no Hospital Santo Antônio - Obras Sociais Irmã Dulce, no Município de Salvador, Estado da Bahia, devendo o requerente cumprir as atividades do estágio curricular previstas no projeto pedagógico do Curso de Medicina da FUNORTE, cabendo a esta a responsabilidade pela supervisão do referido estágio, conforme consta do Processo nº 23001.000074/2012-83.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 322/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à autorização para que Adriano Rolim Mangueira, portador do RG nº 3010237 SSP/PB, CPF nº 057377154-50, estudante regularmente matriculado no curso de Medicina da Faculdade de Medicina Nova Esperança (FAMENE), situada no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, realize, em caráter excepcional, 50% (cinquenta por cento) do Estágio Curricular Supervisionado (internato) do curso de Medicina fora da unidade federativa de origem, a se realizar na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas (FAMED-UFAL), no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, devendo o requerente cumprir todas as atividades de estágio curricular previstas no projeto pedagógico da FAMED-UFAL, cabendo a esta a responsabilidade pela supervisão do referido estágio, conforme consta do Processo nº 23001.000083/2012-74.

Processo nº: 23123.001656/2011-10

Interessado: Ex-reitor e servidores da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Assunto: Processo administrativo disciplinar. Relatório final. Sugestão de não indiciamento.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 471/2013/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto a este Ministério, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, acato o relatório final da comissão de inquérito e determino o arquivamento do processo.

Processo nº: 23000.000102/2007-13

Interessada: Comissão de processo administrativo disciplinar. Assunto: Comissão de processo administrativo disciplinar para apurar o que consta do Processo nº 23083.003475/2006-84.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 654/2013/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto a este Ministério, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, rejeito o relatório final da comissão de inquérito e declaro a nulidade do Processo Administrativo Disciplinar nº 23083.003475/2006-84.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 358/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à autorização para que Fernanda Maiara Reis Queiroz, portadora da cédula de identidade R.G. nº 14422466782, inscrita no CPF sob o nº 03208244541, aluna do curso de Medicina da Faculdade de Medicina Nova Esperança, situada no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, realize, em caráter excepcional, 100% (cem por cento) do Estágio Curricular Supervisionado (Internato), no Hospital Santo Antônio (Associação Obras Sociais Irmã Dulce), no Município de Salvador, no Estado da Bahia, devendo a requerente cumprir as atividades do estágio curricular, previstas no projeto pedagógico do curso de Medicina da Faculdade de Medicina Nova Esperança, cabendo a esta a responsabilidade pela supervisão do referido estágio, conforme consta do Processo nº 23001.000097/2012-98.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 86, DE 3 DE JULHO DE 2013

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 7.692, de 02/03/2012, e considerando que a Portaria Normativa Interministerial MEC-MCT nº 746, de 20 de novembro de 2007, instituiu o Programa Nacional de Pós-Doutorado - PNPd como uma ação integrante da política de formação e capacitação de recursos humanos e considerando, ainda, a necessidade de estabelecimento de novo modelo para o PNPd, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado - PNPd, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES



ANEXO I
REGULAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

Capítulo I
OBJETIVOS DO PROGRAMA
Art. 1º O PNPD tem por objetivo:
I - promover a realização de estudos de alto nível;
II - reforçar os grupos de pesquisa nacionais;
III - renovar os quadros nos Programas de Pós-Graduação nas instituições de ensino superior e de pesquisa;
IV - promover a inserção de pesquisadores brasileiros e estrangeiros em estágio pós-doutoral, estimulando sua integração com projetos de pesquisa desenvolvidos pelos Programas de Pós-Graduação no país.

Capítulo II
REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Art. 2º A Instituição que pretender participar do PNPD deverá:

I - ter personalidade jurídica de direito público ou privado;
II - garantir e manter infraestrutura adequada para o gerenciamento do PNPD;
III - ter Programa de Pós-Graduação stricto sensu, recomendado pela CAPES, reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)/Ministério da Educação (MEC) e em funcionamento.

Art. 3º A Instituição, por meio das Pró-reitorias ou órgãos equivalentes, compete:
I - responsabilizar-se pelos procedimentos relativos à escolha dos bolsistas nos sistemas da CAPES;
II - instaurar processo administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa e concluindo objetivamente sobre a ocorrência de eventuais infrações cometidas pelos respectivos beneficiários do PNPD e/ou prepostos da instituição que descumprirem as normas contidas neste regulamento.

Art. 4º Ao Programa de Pós-Graduação compete:
I - selecionar, mediante critérios próprios, os candidatos à bolsa e verificar a documentação pertinente, conforme as exigências deste Regulamento;

II - responsabilizar-se pelos procedimentos relativos ao cadastramento, substituição, suspensão e cancelamento dos bolsistas nos sistemas da CAPES;

III - manter a documentação comprobatória da habilitação e seleção dos candidatos, bem como termo de compromisso do bolsista, conforme modelo disponibilizado em anexo, pelo período mínimo de 5 anos após o cancelamento ou término de vigência da bolsa;

IV - manter em meio digital, por no mínimo 5 anos, os Relatórios de Atividades dos bolsistas, aprovados pelo Programa de Pós-Graduação, referentes ao período de vigência da bolsa;

V - disponibilizar à CAPES, no prazo solicitado, qualquer informação ou documentação referente ao bolsista e suas atividades no âmbito do PNPD;

VI - acompanhar e avaliar o desempenho dos bolsistas.
Capítulo III
REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CANDIDATOS E BOLSTAS

Art. 5º Do candidato a bolsista exige-se:
I - possuir o título de doutor, quando da implementação da bolsa, obtido em cursos avaliados pela CAPES e reconhecidos pelo CNE/MEC. Em caso de diploma obtido em instituição estrangeira, este deverá ser analisado pelo Programa de Pós-Graduação;

II - disponibilizar currículo atualizado na Plataforma Lattes do CNPq ou, se estrangeiro, currículo com histórico de registro de patentes e/ou publicação de trabalhos científicos e tecnológicos de impacto e/ou prêmios de mérito acadêmico, conforme anexo deste Regulamento;

IV - não ser aposentado ou estar em situação equiparada;
V - O candidato pode se inscrever em uma das seguintes modalidades:

a) ser brasileiro ou estrangeiro residente no Brasil portador de visto temporário, sem vínculo empregatício;
b) ser estrangeiro, residente no exterior, sem vínculo empregatício;
c) ser docente ou pesquisador no país com vínculo empregatício em instituições de ensino superior ou instituições públicas de pesquisa.

§ 1º O candidato estrangeiro residente no exterior deverá comprovar endereço residencial no exterior no momento da submissão da candidatura.

§ 2º Professores substitutos poderão ser aprovados na modalidade "a" do inciso V, sem prejuízo de suas atividades de docência, após análise e autorização do Programa de Pós-Graduação.

§ 3º Os candidatos aprovados na modalidade "c" do inciso V deverão apresentar comprovação de afastamento da instituição de origem, por período compatível com o prazo de vigência da bolsa.

§ 4º Os candidatos aprovados na modalidade "c" do inciso V não poderão realizar o estágio pós-doutoral na mesma instituição com a qual possuem vínculo empregatício.

Art. 6º Do bolsista exige-se:
I - elaborar Relatório de Atividades Anual a ser submetido à aprovação do Programa de Pós-Graduação e encaminhar Relatório Final em até 60 (sessenta) dias após o encerramento da respectiva bolsa;

II - dedicar-se às atividades do projeto;
III - restituir à CAPES os recursos recebidos irregularmente, quando apurada a não observância das normas do PNPD, salvo se motivada por caso fortuito, força maior, circunstância alheia a sua vontade ou doença grave devidamente comprovada e fundamentada. A avaliação dessas situações fica condicionada à análise e deliberação pela Diretoria Executiva da CAPES, em despacho fundamentado.

Capítulo IV
ATRIBUIÇÕES DA CAPES
Art. 7º São atribuições da CAPES:
I - estabelecer as normas e diretrizes do PNPD;
II - definir o quantitativo de bolsas e custeio que serão concedidos para os Programas de Pós-Graduação, conforme critérios de prioridades e desempenho na avaliação da CAPES;
III - manter sistema de acompanhamento e avaliação do conjunto de ações referentes ao PNPD;

Capítulo V
NORMAS GERAIS E OPERACIONAIS DA CONCESSÃO DE BOLSAS

Art. 8º A interlocução com a CAPES deverá ser feita apenas por intermédio do Coordenador do Programa de Pós-Graduação, respaldado pela Comissão de Pós-Graduação do respectivo programa.

Art. 9º É vedado o acúmulo da percepção de bolsa com qualquer modalidade de bolsa de outro programa da CAPES, de outra agência de fomento pública, nacional ou internacional, empresa pública ou privada, ou ainda com o exercício profissional remunerado, ressalvadas as exceções previstas no art. 5º ou expressa permissão em norma específica baixada pela Capes.

Art. 10 Como incentivo ao melhor aproveitamento da dedicação dos bolsistas do PNPD, as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP's), as empresas, os institutos de pesquisa, as instituições de educação superior, as fundações universitárias, as organizações não-governamentais e outras entidades interessadas no PNPD, poderão alocar como contrapartida recursos para passagens e diárias, de custeio e de capital para aquisição de máquinas e outros equipamentos, bem como conceder auxílios complementares aos bolsistas.

DISTRIBUIÇÃO DE COTAS DE BOLSAS
Art. 11 As cotas de bolsas serão distribuídas considerando:
I - política de apoio prioritário às áreas estratégicas estabelecidas pela CAPES;

II - característica, localização, dimensão, nível e desempenho do curso na avaliação da CAPES;

III - análise de diagnósticos e políticas de indução da CAPES.

§ 1º As cotas de bolsas não utilizadas pelos Programas de Pós-Graduação poderão ser recolhidas pela CAPES e redistribuídas entre outros Programas de Pós-Graduação participantes do PNPD, visando à melhor utilização das bolsas.

§ 2º As cotas de bolsas vigentes concedidas por meio dos editais de 2007 (Edital MEC/CAPEŠ e MCT/CNPq e MCT/FINEP), 2009 (Edital MEC/CAPEŠ e MCT/FINEP), 2010 (Edital nº 001/2010 MEC/CAPEŠ e MCT/CNPq/FINEP) e chamada pública de 2011 (Programa Nacional de Pós-Doutorado -2011 - Concessão Institucional às IFES), quando não utilizadas ou por solicitação dos respectivos coordenadores de projeto, poderão ser canceladas pela CAPES e transferidas aos respectivos Programas de Pós-Graduação, no âmbito deste Regulamento.

BENEFÍCIOS ABRANGIDOS NA CONCESSÃO DAS BOLSAS

Art. 12 As bolsas concedidas no âmbito do PNPD consistem em pagamento de mensalidade para manutenção do bolsista, cujo valor será fixado pela CAPES, observada a duração das bolsas, constante deste Regulamento.

Parágrafo Único. Cada benefício da bolsa deve ser atribuído a um indivíduo, sendo vedado o seu fracionamento.

DURAÇÃO DA BOLSA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 2.312, DE 4 DE JULHO DE 2013

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, resolve: Homologar o resultado do Processo Seletivo, objeto do Aviso de Seleção nº 004/2013, conforme segue:

Unidade	Departamento	Disciplina	Carga Horária	Classe/Padrão	Candidato	Classificação
FES	Administração	Planejamento Empresarial e Administração Ambiental	40h	Professor Auxiliar MS-A, Nível I.	Deise Anne Rocha de Oliveira	1º
					Radamézio Eduardo Velasques de Abreu	2º
					Victor Rogério Vital da Silva	3º
					William Veras Coelho	4º

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

PROVISÃO Nº 51, DE 26 DE JUNHO DE 2013

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, considerando: o que determina a Portaria MPOG nº 450, de 06 de novembro de 2002, publicada no DOU de 07 de novembro de 2002; a solicitação constante no OF/DEGEO nº 070/2013, de 10 de junho, encaminhado pelo Departamento de Geologia da Escola de Minas; a documentação constante do processo UFOP nº 2.249/2012, resolve:

Prorrogar, ad referendum deste Conselho, por um ano, a partir de 03 de julho de 2013, a validade do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes, área Mineralogia/Petrologia, de que trata o Edital PROAD nº 59, de 11.04.2012, publicado no DOU de 12.04.2012 e retificado no DOU de 13.04.2012, realizado para o cargo de Professor Adjunto, nível I.

MARCONE JAMILSON FREITAS SOUZA

PROVISÃO Nº 52, DE 26 DE JUNHO DE 2013

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, considerando: o que determina a Portaria MPOG nº 450, de 06 de novembro de 2002, publicada no DOU de 07 de novembro de 2002; a solicitação constante no Ofício nº 34/DENCS, de 10 de junho de 2013, encaminhado pelo Departamento de Nutrição Clínica e Social da Escola de Nutrição; a documentação constante do processo UFOP nº 623/2012, resolve:

Prorrogar, ad referendum deste Conselho, por um ano, a partir de 03 de julho de 2013, a validade do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes, área Saúde Coletiva, de que trata o Edital PROAD nº 23, de 06.02.2012, publicado no DOU de 07.02.2012, realizado para o cargo de Professor Adjunto, nível I.

MARCONE JAMILSON FREITAS SOUZA